

Bissexualidade e pansexualidade: invisibilidade, estereótipos e o movimento social LGBTQIAP+¹

Danieli Klidzio (Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM)

Monalisa Dias de Siqueira (Professora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM)

Resumo: Abordamos as particularidades da bissexualidade e da pansexualidade, considerando a crescente mobilização desses setores do meio LGBTQIAP+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros, queers, intersexuais, assexuais, pansexuais e outras possíveis identificações). Objetivamos analisar alguns dos estereótipos das sexualidades monodissidentes e as afetações sobre seus entendimentos enquanto válidas e, conseqüente, sobre suas (in)visibilidades. Nos detemos aos aspectos das relações cotidianas desde o movimento constante de “sair do armário”, até a percepção dessas identidades no campo da sexualidade e da representação social, levando em consideração o contexto interiorano e rural gaúcho. A discussão se dá articulando a esfera política da luta por respeito e a esfera privada de negociações emocionais, na busca por reconhecimento, representatividade e direitos, em meio a uma moralidade política conservadora que acusa a existência de uma “ideologia de gênero”.

Palavras-chave: bissexualidade, pansexualidade, estereótipos, monodissidência, movimento LGBT.

Introdução

Pensando as sexualidades dissidentes da heterossexualidade compulsória², nos estudos de gênero e sexualidade, há trabalhos nas ciências sociais sobre a homossexualidade: experiências, direitos e sociabilidades lésbicas e, principalmente gays, em meio a temática intitulada “LGBT”. No entanto, ainda são poucas as pesquisas acadêmicas e de mapeamento de dados sobre a violência, ou até mesmo eventos e palestras que têm como preocupação a bissexualidade e a pansexualidade. A maioria dos trabalhos que encontramos para nossa

¹ 44º Encontro Anual da ANPOCS, GT38 - Sexualidade e gênero: política, agenciamentos e direitos em disputa.

² A heterossexualidade compulsória refere-se a quando compulsoriamente somos “encaixados” dentro dos parâmetros da heterossexualidade. Conforme traz Adrienne Rich (2012, p. 18), a “ideia de heterossexualidade como uma instituição política que retira o poder das mulheres”. A autora aponta que “as instituições nas quais as mulheres são tradicionalmente controladas – a maternidade em contexto patriarcal, a exploração econômica, a família nuclear, a heterossexualidade compulsória – têm sido fortalecidas através da legislação, como um fiat religioso, pelas imagens midiáticas e por esforços de censura” (RICH, 2012, p. 19). Rich se refere especificamente às experiências lésbicas, no entanto, aqui nos orientamos a pensar a heterossexualidade compulsória juntamente com a mononormatividade, e nesse sentido, é possível falarmos de experiências de sujeitos bi e pansexuais.

pesquisa são de outras áreas das humanidades ou da saúde. Nos próprios eventos de luta e celebração da comunidade LGBTQIAP+³ como as chamadas “Paradas LGBT”, é comum que monodissidentes⁴ sejam esquecidos, sendo apenas citados rapidamente e de maneira automática no “B” da sigla.

Apesar da reconfiguração da sigla oficial “GLBT” ou “GLS” como também era chamada a comunidade (gays, lésbicas e simpatizantes), para “LGBT” em 2008, atual sigla utilizada em suas variações, o sujeito LGBTQIAP+ ainda é gay branco e cisgênero. É esse o “rosto” da comunidade nas novelas, nos filmes e até mesmo em nossos cotidianos e contextos políticos onde, muitas vezes, até hoje fala-se em “parada gay” ou “comunidade gay”. Os direitos e as violências LGBTQIAP+ são reduzidos a “homofobia” como se fosse um termo englobante, universal e neutro.

Portanto, ao discutirmos as questões de gênero e sexualidade, trazemos o foco sobre as particularidades da bissexualidade e da pansexualidade pela perspectiva da monodissidência enquanto um conceito guarda-chuva que nos permite falar de ambas as identidades focando em suas semelhanças em contraste com a monossexualidade⁵ como norma. Trazemos, a partir do diálogo com oito mulheres bissexuais e uma mulher pansexual, todas jovens do interior gaúcho, duas questões centrais: 1) como foi o movimento das mesmas de se reconhecerem enquanto bissexuais e pansexual e 2) quais as suas percepções sobre as suas sexualidades em relação ao meio LGBTQIAP+.

Destacamos o contexto interiorano e rural do Rio Grande do Sul como fortemente marcado pelo tradicionalismo gaúcho e por papéis de gênero e sexualidade culturalmente arraigados. Articulamos a discussão pensando a esfera política da luta por direitos e a esfera privada de negociações emocionais, identificamos as identidades monodissidentes na busca por reconhecimento e representatividade. Consideramos os impactos de uma moralidade política conservadora que além de monossexista⁶, acusa a existência de uma “ideologia de gênero”. Apontamos, assim, para a importância das discussões de gênero e sexualidade por uma perspectiva monodissidente, pois o encontro com o termo “bissexual” ou “pansexual”

³ As definições da sigla “LGBT” são muitas e, portanto, variam e não há um consenso oficial acerca de qual deve ser a utilizada. Desse modo, trago “LGBTQIAP+” buscando nomear lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais e outras possíveis identificações.

⁴ A monodissidência diz respeito a dissidência em relação a norma monossexual ou a monossexualidade, portanto, essas identidades nomeiam a atração afetiva e/ou sexual sem distinção de gênero, ou seja, por mais de um gênero (ao contrário da homossexualidade e da heterossexualidade).

⁵ A monossexualidade ou a mononormatividade nomeiam as sexualidades que possuem desejo afetivo e/ou sexual por apenas um gênero, seja diferente ou igual ao seu, como é o caso da homossexualidade e da heterossexualidade. E é em relação a essas orientações sexuais e identidades que a monodissidência se coloca como dissidente.

⁶ O monossexismo é o preconceito contra monodissidentes.

mostrou-se central para nossas interlocutoras. E identificamos que mesmo em relação ao meio LGBTQIAP+, nossas interlocutoras apontam para a falta de representatividade.

Orientamos a discussão partindo da compreensão de que a produção de estereótipos da bi e da pansexualidade⁷ padronizam o olhar social sobre essas sexualidades e fazem com que bissexuais sejam vistos como heterossexuais ou homossexuais, ou então que apenas sejam admitidos a partir da noção de sexualidade provisória ou em evolução. Esses estereótipos são, ao mesmo tempo, reproduzidos em função da invisibilidade, inclusive teórica e acadêmica das perspectivas monodissidentes⁸. No entanto, chamamos a atenção para o perigo da marginalização da multiplicidade de vivências de bi e pansexuais, o que acontece se buscarmos simplesmente combater esses estereótipos sem colocar as normatividades que estão por trás deles em suspensão crítica.

Metodologia

Temos como base a pesquisa de conclusão de curso de graduação em licenciatura em Ciências Sociais da primeira autora que tratou especificamente da bissexualidade e da pansexualidade femininas (KLIDZIO, 2019) e da pesquisa de mestrado em Ciências Sociais em andamento. Desse modo, expandimos as reflexões sobre a esfera da invisibilidade e da estereotipação relacionada aos sujeitos bissexuais e pansexuais de modo geral, pensando como isso se configura em relação ao meio LGBTQIAP+.

A realização da pesquisa deu-se por meio da metodologia qualitativa. Foram realizadas nove entrevistas individuais e um grupo focal, ambos com questões semiestruturadas. Foram acessadas mulheres universitárias, com idades entre 20 e 30 anos, residentes na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil⁹. Sendo dessas nove mulheres, uma pansexual e oito bissexuais. Além disso, todas as mulheres entrevistadas são cisgêneras, seis delas são brancas e três são negras. Todas nasceram e residem no estado do Rio Grande do Sul, de diversas regiões, sendo a maioria de cidades de pequeno porte que variam entre 2.788 e 43.667 mil habitantes. Apenas três nasceram e cresceram em Santa Maria, considerado um município de médio porte, com cerca de 280 mil habitantes e localizado na

⁷ Ao longo do texto utilizaremos a abreviação “bi” para nos referirmos à "bissexuais" ou a “bissexualidade” buscando tornar a escrita e a leitura mais agradáveis.

⁸ Ao longo da pesquisa foram discutidos alguns estereótipos relacionados a bi e a pansexualidade considerados mais recorrentes como, por exemplo, o olhar de fetichização sobre a mulher bissexual ou pansexual, a ideia de que essas identidades são apenas uma fase, ou ainda que a infidelidade, a promiscuidade e a não monogamia são inerentes a essas sexualidades em específico (KLIDZIO, 2019).

⁹ Foram utilizados nomes fictícios escolhidos pelas mulheres entrevistadas.

região central do estado. Vale destacar que Santa Maria é conhecida por ser uma cidade universitária e um polo militar, tendo o segundo maior contingente militar do país.

Conforme apontam Bauer e Gaskell (2002, p. 65), “a entrevista qualitativa pode fornecer informação contextual valiosa para ajudar a explicar achados específicos”. E como mencionamos acima, as entrevistas individuais foram seguidas da realização de um grupo focal, que deu-se com cinco das mesmas mulheres entrevistadas, onde visamos possibilitar que as mesmas fossem ouvidas e que pudessem falar sobre si com as outras, permitindo uma troca de informações e construção de pensamento conjunto.

As questões semiestruturadas, conforme utilizamos tanto para as entrevistas como para o grupo focal, são questões previamente definidas, mas passíveis de complementaridade no decorrer da conversa, de modo que permitem a construção de diálogos nos quais poderão ser acrescentadas ou reiteradas questões. E assim como as entrevistas individuais, o grupo focal teve questões que foram levantadas pela primeira autora ao longo da conversa tanto para direcionar a discussão para aspectos específicos como para incentivar o debate.

De acordo com Gil (2008, p. 114), grupos focais geralmente são utilizados como ferramentas “exploratórias” a fim de se ter uma melhor noção sobre algo, como técnicas de pesquisa em que se busca explorar um tema ou um grupo. É um método que carrega consigo a importância do contexto interacional que se produz com o grupo: os relatos, as falas e os gestos em um ambiente de troca. Tem como características aflorar a subjetividade de indivíduos e grupos, e coletar informações a partir da troca produzida, que conforme Rosaline Barbour (2009, p. 24-31) varia de acordo com a pergunta que se busca responder e seu correspondente “nível de detalhamento”.

No grupo focal, buscamos promover a discussão entre as participantes a partir de um material pré-selecionado que dialogava com algumas das questões centrais da pesquisa, tendo em vista o problema a ser investigado. Por terem características como vivências, desejos e identificação de sexualidade em comum ou semelhantes, bem como o fato de todas as interlocutoras serem mulheres, agrega-se valor à técnica do grupo focal porque se teve um ambiente favorável para que se produzisse interação entre elas, mas sem que necessariamente se buscasse consenso.

Nesse sentido, a realização das entrevistas individuais e a discussão em grupo focal possibilitaram, além da produção de dados, uma perspectiva sobre a importância da troca de experiências e dos espaços de fala e escuta sobre as identidades monodissidentes. Pois, ao olharmos para as etapas da pesquisa, percebemos os percursos metodológicos como significativos também enquanto afetações e intervenções sobre a compreensão de nosso

universo de pesquisa a partir das interlocutoras e também para a primeira autora desse trabalho, enquanto mulher bissexual.

As entrevistas e o grupo focal configuraram-se como momentos únicos e importantes onde assim como para a pesquisadora, para muitas das interlocutoras foi a primeira vez em que a bi e a pansexualidade foram foco de discussões. As sujeitas tiveram suas experiências ouvidas e trocadas, em uma maneira crítica que não buscava feri-las ou julgá-las mas sim dialogar com a perspectiva crítica ao binarismo da sexualidade.

Além desse processo, a pesquisa aqui apresentada visa ampliar as reflexões acerca do movimento social LGBTQIAP+ e da representatividade de bi e pansexuais, indo para além das identidades femininas. Contudo, para o presente trabalho, consideramos apenas duas questões centrais que dizem respeito ao reconhecimento das mulheres enquanto monodissidentes e suas percepções sobre o movimento LGBTQIAP+.

Abordando gênero e sexualidade

Partimos de “gênero” e “sexualidade” enquanto categorias de análise considerando que não há uma essência e que, conforme nos traz a pesquisadora Guacira Lopes Louro (1997, p. 27), “tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade - as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento”. Portanto, a sexualidade não pode ser compreendida em termos puramente biológicos ou como única e determinada em um momento específico da vida. Ao propor uma teoria radical do sexo que “deve identificar, descrever, explicar e denunciar a injustiça erótica e a opressão sexual”, temos as ferramentas para que se fuja de um essencialismo e se perceba que a sexualidade é impermeável à uma análise política e social crítica se for concebida primariamente como um fenômeno biológico ou um aspecto da psicologia individual.

A antropóloga Gayle Rubin (2017, p. 78-79) nos traz, em conformidade com o filósofo Michel Foucault, que o sexo, como o gênero, é construído socialmente, sem que haja uma essência. E que a sexualidade é tão produto da atividade humana como são as dietas, os meios de transporte, os sistemas de etiqueta, as formas de trabalho e entretenimento, com os quais a sexualidade e seus padrões normativos inclusive se relacionam. A autora também aponta para que políticas do sexo mais realistas serão possíveis quando o sexo for compreendido em relação a uma análise social e histórica.

Por essa perspectiva, a estrutura social e a subjetividade dos sujeitos se relacionam por meio da cultura e história, do dia a dia nas relações familiares, na escola, nas produções audiovisuais e na literatura, por exemplo. Nos construímos enquanto sujeitos com identidades

conforme se dá o nosso aprendizado e as nossas relações sociais, a partir de como vemos o mundo e como nos relacionamos. Muitas vezes, a construção de si e o reconhecimento de sujeitos enquanto LGBTQIAP+ se dá justamente pela violência e pela necessidade pessoal e política de afirmação e produção de novas representações. E isso não é diferente para bi e pansexuais, o que nos leva a uma posição crítica em relação a ideia sem embasamento científico que aponta a existência de uma suposta “ideologia de gênero” no que tange a abordagens de gênero e sexualidade nas escolas, por exemplo.

Conforme Balieiro (2018, p. 14), há um disseminação de pânicos morais por “adversários da inclusão do respeito à diversidade sexual e de gênero na agenda dos direitos humanos” que “ocultaram seu posicionamento restritivo às diferenças disseminando pânicos morais.” Com isso, cria-se uma barreira moral em torno de um viés educacional comprometido com a emancipação de sujeitos no que se refere às questões de gênero e sexualidade.

Guacira Lopes Louro (2000) nos fala sobre a pedagogia formadora que normatiza corpos e sexualidades. Nesse sentido, frisamos que gênero e sexualidade sempre fizeram parte dos currículos escolares, pois conforme Louro (1997) o que acontece é que,

embora presente em todos os dispositivos de escolarização, a preocupação com a sexualidade geralmente não é apresentada de forma aberta. Indagados/as sobre essa questão, é possível que dirigentes ou professores/as façam afirmações do tipo: "em nossa escola nós não precisamos nos preocupar com isso, nós não temos nenhum problema nessa área", ou então, "nós acreditamos que cabe à família tratar desses assuntos". De algum modo, parece que se deixarem de tratar desses "problemas" a sexualidade ficará fora da escola. É indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade mas que ela própria as produz (LOURO, 1997, p. 80-81).

Há uma pedagogização dos corpos desde os anos iniciais da educação básica formal e mesmo familiar, com espaços e brincadeiras determinados aos sujeitos de acordo com uma marcação binária tanto do gênero quanto da sexualidade. Por isso, destacamos a importância do campo da educação ao discutirmos, mesmo a partir de outras áreas, as questões de gênero e sexualidade. Pois, quando falamos de identidades sexuais que não sejam heteronormativas, como é o caso da bissexualidade e da pansexualidade, estamos falando de vivências que estão à mercê de um olhar de aversão, sofrendo influências negativas que podem ser agressões físicas como também psicológicas.

Em meio a isso, identificamos como uma necessidade urgente a ampliação das abordagens de gênero e sexualidade como, por exemplo, a perspectiva monodissidente, pois a exclusão de distintas perspectivas e de pressupostos em nossa compreensão ocidental e

binária da sexualidade colabora, em alguma medida, para que a bi e a pansexualidade sejam constantemente deslegitimadas. É importante entendermos criticamente o mito da “ideologia de gênero”, não porque a promoção de discussões no meio social determina sexualidades coagindo sujeitos a “virarem” bi ou pansexuais, mas sim porque influencia positivamente no reconhecimento, na aceitação e na afirmação de uma sexualidade quando isso for desejado ou necessitado pelo sujeito. Bem como, para que possamos exercer a liberdade afetiva e emocional que cabe a qualquer sexualidade e para nos organizarmos politicamente.

Um caminho possível para avançarmos nesse debate é que sejam admitidas existências monodissidentes e que sejam criados pressupostos sobre elas, nomeando-as e nomeando suas opressões. O que temos observado em relação às identidades monodissidentes é uma espécie de limbo que se traduz na falta de representação e representatividade, onde essas identidades não são sequer admitidas como existentes na medida em que personagens no nosso cotidiano e os próprios estudos de gênero e sexualidade se orientam pela perspectiva mononormativa. Mesmo perspectivas críticas quanto à heterossexualidade compulsória apresentam uma ausência de pressupostos em relação a uma perspectiva que vá além das existências homossexuais. Nesse sentido, nos preocupamos em chamar atenção para as sexualidades monodissidentes e compreende-las como passíveis de legitimação e visibilidade para além de simplesmente uma variação da heterossexualidade ou da homossexualidade.

A bissexualidade e a pansexualidade em foco

Tensionando a falta de pressupostos sociais e acadêmicos sobre as identidades monodissidentes, nesta seção nos orientamos a pensar sobre quando e para quem a bissexualidade e a pansexualidade são visíveis. O que trazemos como consequência dessa ausência de pressupostos é que bi e pansexuais precisam se provar e se legitimar através de desejos e vivências convergentes a gays e lésbicas para serem “admitidos” pelo restante da comunidade LGBTQIAP+. Mas, ao mesmo tempo, também não são identidades que se encaixam na lente da heteronormatividade, porque são dissidentes dessa norma. Portanto, o limbo que se encontram parece ser alimentado pela invisibilidade e por estereótipos.

Maria Leão de Aquino Silveira (2018, p. 25) ao falar da bissexualidade em sua dissertação de mestrado em Saúde Coletiva, chama a atenção para “a escassez de dados quantitativos e qualitativos sobre o perfil das pessoas que se identificam como bissexuais no Brasil”. A autora segue apontando como isso “torna-se um empecilho para averiguar quais

questões seriam prementes aos bissexuais e qual o seu lugar dentro da dita comunidade LGBTQIAP+”.

De maneira semelhante, em sua dissertação de mestrado em Psicologia, Geni Daniela Núñez Longhini (2018) nos fala sobre as constatações em relação a bibliografia ao realizar sua pesquisa sobre existências e saberes de mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais:

um outro direcionamento que tive deveu-se à revisão bibliográfica, a partir da qual notei dois caminhos principais de pesquisa. No primeiro grupo, as pesquisas eram sobre pessoas LGBT (com foco em mais de uma orientação sexual ou identidade de gênero), mas os/as autores/as seguiam utilizando o termo “homofobia” como guarda-chuva para todas elas. Num segundo grupo, as pesquisas eram apenas sobre homossexuais cis, utilizando novamente “homofobia”, desta vez acertadamente. Em ambos os casos, a ausência de lésbicas e bissexuais me chamou a atenção. Resolvi então que iria privilegiar outras experiências que a não a homossexual masculina cisgênera (LONGHINI, 2018, p. 61).

Comumente, inclusive em textos que versam exclusivamente sobre gênero e sexualidade e sobre a comunidade LGBTQIAP+, no que diz respeito à identidade e orientação sexual, a bissexualidade aparece mais do que a pansexualidade. Contudo, ainda quando citada, a bissexualidade é colocada apenas como uma variação da homossexualidade. Grande parte dos trabalhos que encontramos discorrem sobre a bissexualidade feminina somente de maneira indireta, pautando-a no conjunto da “homossexualidade feminina” ou de “mulheres homossexuais” ou ainda “lésbicas e bissexuais”. E no que diz respeito às monodissidências masculinas há ainda menos estudos.

Como menciona Elizabeth Sara Lewis (2012, p. 73) em sua dissertação no mestrado em Letras, “a bissexualidade, quando não totalmente esquecida, é geralmente mencionada só como parte de uma lista (‘gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, transgêneros, intersexuais...’), mas não examinada, questionada e problematizada profundamente”. Ambas as orientações sexuais que abordamos são costumeiramente trazidas apenas como um adendo ao que se refere a gays e lésbicas, de modo que são rapidamente citadas, sem que sejam consideradas relevantes para a discussão. Mesmo em livros e também em lives (que se tornaram comuns nesse ano de 2020 no contexto de isolamento social como medida de proteção a pandemia da Covid-19) que se propõem a discutir direitos ou vivências LGBTQIAP+, as identidades monodissidentes raramente são consideradas pois considera-se que o que há para ser dito sobre elas é contemplado quando fala-se de gays e lésbicas.

Sendo assim, observa-se uma grande dificuldade para acessar dados sobre as identidades monodissidentes por justamente a bi e a pansexualidade não serem temas de pesquisas ou por não serem produzidos dados oficiais sobre preconceitos e violências em

relação a essas identidades. É comum que casos de bifobia ou panfobia¹⁰ sejam lidos e até mesmo reivindicados como homofobia. Em relação ao movimento LGBTQIAP+, há também tensionamentos quanto a esse debate e as pautas e reivindicações específicas de monodissidentes que têm sido, inclusive, vistas como potencialmente ameaçadoras por alguns setores do movimento que não as consideram convergentes com a comunidade.

Como afirma a pesquisadora Danielle Pinto de Marques Barros (2008), “o número de indivíduos que apresenta comportamentos e interesses bissexuais é maior do que se supõe”. Como implicação disso, temos um cenário de falta de pressupostos também sobre as opressões com as quais bi e pansexuais lidam, sendo difícil identificá-las. Pois, como a autora acrescenta, “a afirmativa de suposição, e não de certeza, deve-se a pouca discussão deste tema, pois a sociedade tende a analisar a sexualidade em sua polarização, isto é, entre a heterossexualidade e a homossexualidade” (p. 47).

Ao olharmos especialmente para a pansexualidade, o número de trabalhos acadêmicos é quase nulo ou quando existem seguem a mesma abordagem superficial da bissexualidade. O que reflete o desconhecimento ainda mais latente sobre essa orientação sexual, sendo os sujeitos que a reivindicam como identidade, alvos de deslegitimação inclusive pela comunidade LGBTQIAP+. A pansexualidade, mais ainda que a bissexualidade, acaba não sendo levada a sério, sendo vista somente como uma forma de chamar a atenção e de parecer descolada(o)¹¹. Ou ainda, por conta do prefixo “pan”, acaba sendo entendida como uma orientação sexual que volta-se para gêneros e coisas não humanas, como árvores e até mesmo animais¹². Isso nos leva a pensar em quais contextos e sob quais parâmetros as identidades monodissidentes são visíveis ou são visibilizadas em meio a comunidade LGBTQIAP+.

É comum que bi e pansexuais sejam lidos como gays ou lésbicas ou ainda como heterossexuais e por conta disso a bifobia ou a panfobia, termos ainda pouco conhecidos e reivindicados por ativistas monodissidentes, não são registradas. Insistentemente figuras

¹⁰ A bifobia e a panfobia configuram a violência física ou psicológica contra sujeitos por conta da sua orientação sexual, nesse caso, por conta de se identificarem enquanto bi ou pansexuais.

¹¹ Ser ou parecer descolada(o) refere-se a alguém que busca a sociabilidade remetendo a algo da moda ou aquilo que é moderno, novo e diferente. Aqui, refiro-me ao uso negativo da palavra, ou seja, a pessoa descolada nesse sentido seria aquela que está buscando chamar a atenção no contexto em que está inserida.

¹² Conforme tratado em Klidzio (2019, p. 16-17): “especula-se que isso decorre da polêmica que fez com que a palavra ‘pansexual’ ficasse minimamente falada na época, quando o roqueiro brasileiro conhecido como Serguei teria declarado ser pansexual por se relacionar com uma árvore.” Na época, o fato gerou comentários nas mídias e acreditamos que possa ter contribuído para moldar uma imagem totalmente equivocada do que seria a pansexualidade. O site “Guia da Semana” trouxe a manchete: “Pansexualidade e a atração por tudo e todos – com essa tribo, qualquer coisa pode virar fonte de prazer”. O texto fala o sobre o cantor que enquanto pansexual seria “maluco” e “confuso sexualmente”. Disponível em: <https://www.guiadasemana.com.br/comportamento/noticia/pansexualidade-e-a-atracao-por-tudo-e-todos>. Acesso em: 16. nov. 2020.

públicas e sujeitos em nosso cotidiano são nomeados gays, lésbicas ou heterossexuais em função de suas características visuais ou de acordo com o gênero da pessoa com a qual estão se relacionando no momento.

A pesquisadora Regina Facchini em sua tese de doutorado nos fala sobre os limites da sexualidade entre o que mantém-se fiel a uma ordem, e o que a transgride. Pontua com base em Douglas (1976), que "alguns desses limites, como a masculinização e a bissexualidade remetem à ambiguidade, sendo investidos de poderes e associados a noções de risco e perigo" (FACCHINI, 2008, p. 229). Esse aspecto é também explicitado pelas pesquisadoras Claudia Mercedes Mora e Simone Monteiro (2013) que trazem que

uma interpretação similar é encontrada no estudo de Facchini, no qual a ambiguidade evocada pelo estereótipo da bissexualidade é significada como "perigo", devido ao suposto franqueamento das fronteiras entre os universos homossexual e heterossexual. A noção de perigo, nesse caso, envolve riscos à saúde sexual, por considerar que mulheres autodefinidas como bissexuais estão mais expostas à infecção por HIV, na medida em que o rótulo pressupõe prévio contato sexual com homens (p. 916).

Nesse sentido, o binarismo heterossexualidade e homossexualidade coloca-se ao lado do debate da antropóloga inglesa Mary Douglas (1976) na medida em que a autora evidencia a transgressão de fronteiras de classificação ao falar sobre as noções que desenvolvemos quando nos colocamos no exercício de classificarmos o mundo. Para Douglas, adotamos noções binárias de "pureza" e "perigo", categorizando o que é puro e correto e conseqüentemente o que representa o perigo por ser errado e o que representa um risco de contaminação.

O perigo ou a sujeira acaba por ser nada mais do que a desordem em relação a um padrão instituído, de modo que as noções de pureza e perigo são relativas, variando de acordo com o sistema de classificação e as noções gerais das sociedades. Não existe a sujeira e o errado em essência, e sim um olhar moldado, construído socialmente, que designa como devemos olhar o mundo e classificar coisas e comportamentos em um sistema simbólico inter-relacionado.

A matriz sexo, gênero e desejo (BUTLER, 2016) produz a ideia de uma continuidade onde o sexo determinaria o gênero, e o gênero por sua vez determinaria o desejo e as relações sexuais e afetivas que aos indivíduos é permitido ter, constituindo uma estrutura compulsoriamente heterossexual também sob uma lógica falocêntrica. A sexualidade passa a ser um campo com normas e padrões de onde podemos derivar o pensamento sobre o ideal de

masculinidade, de feminilidade, de relacionamentos e de performances que se espera e exige dos indivíduos. Para Rubin (2017, p. 64),

o domínio da sexualidade também tem uma política interna, desigualdades e modo de opressão próprios. Assim como acontece com outros aspectos do comportamento humano, as formas institucionais concretas da sexualidade em determinado tempo e lugar são produto da atividade humana. Elas são permeadas por conflitos de interesse e manobras políticas, tanto deliberadas quanto incidentais. Nesse sentido, o sexo sempre é político. Mas há também períodos históricos em que as discussões sobre a sexualidade são mais claramente controvertidas e mais abertamente politizadas.

Assim, em relação a esse campo de normas e padrões, bem como seu caráter político, temos como uma das consequências uma invisibilidade também no movimento social LGBTQIPA+. “A letra ‘B’ na sigla LGBT costuma ocupar um lugar meramente formal – como no movimento quando se fala em ‘homofobia, lesbofobia e transfobia’, porém a possibilidade de haver uma “bifobia” é deixada de lado ou constantemente posta em questão” (SILVEIRA, 2018, p.16).

Pensando o contexto interiorano gaúcho, destacamos uma necessidade de desnaturalizar estereótipos e preconceitos que atuam em uma estrutura de dominação que determina quais corpos e sexualidades merecem respeito e dignidade. Além disso, a influência do meio social sobre as identidades sexuais quando falamos da bissexualidade e da pansexualidade as afeta negativamente de maneira que a bifobia sofrida, por exemplo, não seja sequer percebida como tal.

Nossas interlocutoras, ao falarem sobre como se reconheceram enquanto monodissidentes, nos apontam como central o conhecimento de referências sobre o tema. O que nos leva a pensar que o simples conhecimento da palavra “bissexualidade” ou “pansexualidade” é um grande passo na pressuposição de que existem mais do que as identidades do binário hétero e homo. Para Alice (22 anos, branca, bissexual), esse foi um fato muito importante, ela afirma que “foi só ter contato com o termo mesmo que com 13 anos, eu sabia mais ou menos o que que era, as coisas começaram a fazer sentido”.

O conhecimento do termo foi importante também para a interlocutora pansexual:

eu encontrei o termo e daí por um momento da minha vida eu me entendi como bissexual até que eu me encontrei com pessoas que se diziam pansexuais e eu acabei me contemplando mais porque eu entendi que não necessariamente todas as pessoas se veem dentro de um padrão binário, que não é todo mundo que se vê como homens e mulheres e eu me via atraída por pessoas independentemente do gênero o que algumas pessoas podem dizer que também se aplica a bissexualidade mas eu me sinto mais contemplada pelo termo da pansexualidade (Tereza, 20 anos, branca, pansexual).

Larissa (28 anos, branca, bissexual), afirmou conhecer a existência da homossexualidade desde a infância por ter um tio e um primo gays e uma amiga lésbica, mas aponta que em seu processo tomar conhecimento do que realmente era a bissexualidade (no sentido de que é uma identidade existente) “foi muito mais difícil”, e aconteceu somente quando ela tinha 25 anos, apesar de ela ver-se como “diferente” desde a infância.

De maneira semelhante, Maria Bethânia (21 anos, branca, bissexual) trouxe que seu reconhecimento “internamente” “foi natural” e afirma: “eu me aceitava tranquilo, só eu tinha um pouco de dificuldade para me assumir pras pessoas”. Isso nos leva a refletir sobre a invisibilidade pública da monodissidência, como a falta de representatividade nas mídias, por exemplo, e até mesmo a dificuldade de monodissidentes para “sair do armário”, sendo que insistentemente são lidos enquanto gays/lésbicas ou heterossexuais.

Luísa Mahin (23 anos, negra, bissexual), apresenta uma narrativa que também nos mostra dificuldades encontradas pela falta de referências ou pressupostos monodissidentes:

quando eu comecei a me relacionar com pessoas, ficar e tal, eu ficava só com meninas então eu tinha em mente que eu gostava só de meninas, que eu era uma menina lésbica assim. E aí em determinado momento eu senti atração também por homens, e foi algo bem esquisito na verdade, porque eu não entendia que isso poderia acontecer, não tinha contato com essas discussões e muito menos com pessoas que também tinham experienciado essa sensação assim, mas aí eu falei “ah, vou me permitir né, vou deixar rolar”.

Já Rosa (30 anos, branca, bissexual), nos traz que mesmo tendo referências para o seu entendimento enquanto bissexual foi difícil colocar-se como tal nos espaços. Ela diz que sentia um “peso da palavra bissexualidade” por conta da exigência social de uma “decisão” sobre a sua orientação sexual entre os binarismos homem e mulher, hétero e homo. Identificamos que esse também pode ser um fato que influenciou Lauren (22 anos, negra, bissexual) a passar muito tempo se identificando como lésbica. Sobre seu processo de reconhecimento enquanto bissexual, ela comenta:

a minha família é muito religiosa então eu nunca tive muito contato com nada disso assim na minha infância, meio que eu nem sabia que existia essa possibilidade, daí quando eu tinha uns 14 anos assim eu comecei a gostar de uma menininha que era minha amiga e tal e daí a gente começou a ter um rolinho e tal e a namorar e etc. Daí naquela época eu não entendia direito, daí até por muito tempo eu... muito tempo não, um tempo eu pensei que eu era lésbica, que eu gostava só de menina, quando eu tava namorando com ela só. Daí depois que a gente terminou e tal foi que eu percebi que na verdade eu gostava dos dois.

Percebemos uma esfera de negociação emocional com o meio em relação ao fato de “assumir-se” ou “nomear-se” enquanto bi ou pansexual pelas interlocutoras. Muitas tiveram esse processo paulatinamente, ou a partir da experiência prática, digamos assim, de se

relacionarem ou se apaixonarem por uma pessoa do gênero diferente do qual até então tinham se relacionado ou entendido seu desejo. A falta de pressupostos sociais e de representação monodissidente implica que esse reconhecimento seja, muitas vezes, percebido como mais demorado do que poderia ser, e também marcado por angústias.

Também identificamos uma falta de pressupostos que faz com que esse reconhecimento e/ou afirmação venha juntamente com um relacionamento e uma experiência da sexualidade, como se fosse difícil o desejo ser admitido antes disso. Vale ressaltar a centralidade da experiência corporal, no sentido que é a partir da experiência que se produzirá mais intensamente a reflexividade e certa racionalização para esse reconhecimento¹³. As tentativas de compreensão do desejo e de se reconhecer nesse processo, relacionam-se com uma racionalização pautada por uma concepção binária e mononormativa da sexualidade. Até mesmo monodissidentes que, desde cedo, na infância ou adolescência, entendem suas sexualidades como extrapolando os limites do binário monossexual, possuem dificuldades e passam por deslegitimações constantes no âmbito público de suas sexualidades.

Já em relação às representações LGBTQIAP+ para monodissidentes, nossas interlocutoras nos sinalizaram, assim como nos mostram os referenciais bibliográficos, para um cenário também de invisibilidade e falta de pressupostos. Raissa (23 anos, branca, bissexual), nos contou que mesmo inserida no meio universitário e com amigos da comunidade LGBTQIAP+, nunca conheceu muitas pessoas bissexuais e nos fala sobre como a bissexualidade não era trazida como pauta em seu entorno. Raissa também nos contou sobre a primeira vez em que se sentiu minimamente representada:

eu sempre vou nas paradas assim né e daí na última parada do ano passado, tinha assim bandeira e alguma coisa bissexual, tinha os bótons com a bandeira bissexual, mas foi a primeira vez assim que eu vi algo numa parada que eu vi que representasse algo bissexual, porque até então assim, não tinha, não tinha, não via. E daí foi a primeira vez também que houve bastante discurso sobre a bissexualidade, mas foi naquela parada do ano passado.

Contextualizando um pouco mais essa mesma perspectiva, Maria Bethânia (21 anos, branca, bissexual) comenta sobre a bissexualidade trazendo que

dentro do próprio movimento é bastante invisibilizado. Se fala majoritariamente sobre gays e agora mais sobre lésbicas também mas o “B” só tá ali na sigla, é raro ver algum espaço pra discutir e às vezes se tem até o preconceito dentro do próprio movimento né.

Essa fala dialoga com a perspectiva de Tereza (20 anos, branca, pansexual):

¹³ Não será possível discutir de modo mais aprofundado as experiências sexuais de bi e pansexuais, mas um caminho teórico possível para pensar diz respeito ao paradigma da corporeidade proposto por Csordas (2008).

eu acho que na comunidade LGBT a gente ainda tem que ter muita caminhada pra aparecer, por mais que a gente veja que tá se construindo uma militância pansexual e bissexual nesse sentido, que tem aparecido gente pra representar e pra construir um discurso legal, ao mesmo tempo em muitos momentos a comunidade LGBT é só “GGGG” e só contempla o gay que é cisgênero e branco. Porque é a figura que a gente vê mais na mídia e são as pessoas que tomam pra si o discurso e protagonismo o tempo inteiro. Então, eu acho que principalmente quando se trata de expressões de sexualidade e de gênero que não aparecem na sigla, é muito mais complicado.

Rosa (30 anos, branca, bissexual) nos leva a pensar como o binarismo monossexista está presente no movimento. Rosa desabafa:

se tu tá com um homem tu é hétero se tu tá com mulher tu é lésbica, se tu tá dentro do movimento LGBT ou tu é gay ou tu é lésbica. Porque parece sempre que a bissexualidade é o amadurecimento da sexualidade entendeu, que é um processo e não uma orientação sexual, então parece sempre que quando alguém procura ou é lésbica ou é gay mas não o bissexual.

Assim também Lauren (22 anos, negra, bissexual) conta que sentia-se mais incluída e parte da comunidade LGBTQIAP+ na época em que estava namorando com meninas. E também traz sua percepção sobre a estereotipação da mulher bissexual, enquanto uma mulher que se relaciona com um homem no momento. Lauren comenta:

tem mulher lésbica que fala que não gosta de se relacionar com mulher bi porque depois vai ser trocada por homem e eu acho isso muito nada a ver sabe, porque não é uma verdade e tem gente que trata isso como sendo uma verdade. Então acho que tu sendo bi no movimento LGBT tu só é lembrado tu sendo bi, no momento em que tu tá numa relação não homossexual no caso, se não é como se tu não existisse.

Pensando representatividade enquanto mulher negra e bissexual, Luísa Mahin (23 anos, negra, bissexual) nos leva a pensar sobre a homogeneização do meio LGBTQIAP+ que é representado por um estrutura branca e cisgênera. Luísa pontua:

eu acho que as discussões não me contemplam assim, primeiro que é muito difícil que se faça um recorte de raça e acho que isso já elimina boa parte do que eu sou assim, porque o meu discurso, a minha identidade, a minha militância principalmente, ela tem como pauta central a questão da raça, sabe, e eu não vejo essa centralidade no movimento LGBT e enquanto bissexual também assim, eu vejo que a bissexualidade, a transexualidade e a pansexualidade elas são bem invisibilizadas, sabe? O movimento LGBT por mais que seja um movimento de emancipação humana eu acho que ele precisa avançar muito pra que também seja um movimento anticapitalista assim, porque eu vejo que as pautas que dominam são as pautas ainda daqueles que representam de certa forma a burguesia assim, tipo homens brancos, cisgêneros, enfim, sabe? Eles ainda têm a dominância do movimento LGBT.

A partir de algumas falas de nossas interlocutoras podemos perceber as afetações da concepção histórica da sexualidade que no Ocidente, favorece o binarismo da heterossexualidade e da homossexualidade, levando indivíduos monodissidentes a terem

maiores dificuldades ao buscarem um lugar de pertencimento. Esse é um cenário que ultrapassa a diferença de identidades de gênero, atingindo homens e mulheres e pessoas não binárias, além de ter seus reflexos também dentro do movimento social LGBTQIAP+.

Os estereótipos atuam como mecanismos de apagamento da bissexualidade e da pansexualidade, em função da manutenção de um padrão de classificação que normatiza relacionamentos, desejos e afetos. Bi e pansexuais sentem-se culpadas(os) e com um sentimento de exaustão pela necessidade de justificações acerca de sua sexualidade e isso faz com que cresça a importância de espaços de resistência e de busca por compreensão como a comunidade LGBTQIAP+.

Há maneiras específicas de os indivíduos vivenciarem a sexualidade, de acordo com marcadores sociais como a orientação sexual, o gênero, a raça e a regionalidade e também a geração e a classe social. Em relação a bi e a pansexualidade femininas, de maneira geral observamos que quando há uma aparente aceitação das identidades femininas, ela se dá ancorada em um contexto de fetichização das relações e dos corpos de mulheres.

Tomamos isso como sintomático de uma realidade social que é monossexista, e portanto, é importante analisarmos como estereótipos das sexualidades monodissidentes se relacionam com as afetações sobre seus entendimentos enquanto identidades válidas, pensando a esfera da (in)visibilidade. Tensionamos como os setores e as organizações diversas que compõem o movimento social LGBTQIAP+, muitas vezes, se distanciam de uma significativa fraternidade e acolhimento para com os sujeitos monodissidentes.

Chamamos a atenção para o fato de que a problemática não deve girar em torno dos desejos e experiências que se relacionam com os inúmeros estereótipos, como por exemplo a não monogamia de monodissidentes. A centralidade está na padronização negativa que constrói-se discursivamente a partir de leituras equivocadas de gênero e sexualidade acerca dos sujeitos monodissidentes.

É importante compreendermos a bissexualidade e a pansexualidade enquanto identidades de múltiplas vivências e desejos, sendo orientações sexuais que pautam-se pela fluidez sexual e afetiva. A identificação e a reivindicação dessas orientações e identidades não diz respeito ao número de relacionamentos ou práticas afetivas e sexuais com os diferentes gêneros e sim, conversa com a esfera emocional e do desejo.

Considerações finais

Percebemos uma falta de pressupostos que se mostra na invisibilidade acadêmica e social da bi e da pansexualidade e pensamos isso como fruto do lugar de apagamento que

essas identidades ocupam em nossa sociedade. Isso reflete o cotidiano quando bi e pansexuais integrantes de movimentos sociais e políticos são tratadas(os) apenas como simples aliadas(os), como apoiadoras(es) assim como heterossexuais. O que remete a sigla antiga “GLS” onde encaixavam-se na categoria “simpatizantes” já que não se concebiam nem como heterossexuais ou homossexuais, mas não eram incluídas(os), e ainda não o são, efetivamente.

Com a disseminação de pânicos morais no campo da política e da educação, que se referem ao gênero e a sexualidade a partir de materiais e programas didáticos e até exposições artísticas. Em meio a isso, identifica-se um campo de disputas sobre a nomeação e o reconhecimento da bissexualidade e da pansexualidade. Bissexuais e pansexuais ao serem vistos como apenas uma variação da heterossexualidade ou da homossexualidade, inclusive dentro do movimento LGBTQIAP+, acabam tendo maiores dificuldades para “sair do armário”. Têm a necessidade de realizar esse movimento cotidianamente, o que afeta suas relações afetivas e sexuais e exige, muitas vezes, que mobilizem uma identidade como pauta da construção de si e também de reivindicação política.

Nesse sentido, ao falarmos em identidade para tratar da bissexualidade e da pansexualidade, é na perspectiva de nomeação e de afirmação dessas identidades como existentes, o que ainda entendemos como necessário. Torna-se relevante falarmos a partir de uma perspectiva crítica sobre gênero e sexualidade, palavras que estão em voga na atualidade relacionadas ao cenário social e político. Sobre esses temas, o avanço do conservadorismo promove discursos na tentativa de produzir episódios de pânicos morais (BALIEIRO, 2018) e esse é um processo de (des)construção ancorado na educação.

Portanto, para ampliar o debate é importante que as sexualidades monodissidentes sejam pautadas e nomeadas para que os sujeitos que encontram-se nesse espectro da sexualidade possam se reconhecer, se verem representados e, principalmente, identificarem opressões, suas dores e suas angústias para que sejam vistas e pensadas criticamente. A articulação com indivíduos em situações cotidianas é central, pois precisam, com frequência, se posicionar no debate com heterossexuais e homossexuais, já que para ambos a bissexualidade é tida, muitas vezes, sob a noção de “perigo” à norma.

Consideramos as mídias digitais como campo potente na articulação política e na produção de representatividades, bem como no fornecimento de informações sobre as monodissidências. Pensando esse contexto on-line nos colocamos positivas frente a crescente mobilização de monodissidentes no meio LGBTQIAP+ com iniciativas como a Criação da Frente Bissexual Brasileira, organizada em âmbito nacional e de maneira virtual, por mediação das tecnologias digitais nesse ano de 2020. Em contexto pandêmico, a Frente

idealizou o Festival Bi+¹⁴ que aconteceu durante o dia 26 de Setembro, totalmente gratuito e através das mídias digitais. No entanto, destacamos que ativistas e coletivos com pautas monodissidentes sempre estiveram presentes no movimento LGBTQIAP+, mas atentamos, justamente, para a constante invisibilização de pautas e sujeitos também em meio a comunidade.

Referências

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, n. 53, e185306, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n53/1809-4449-cpa-18094449201800530006.pdf> Acesso em: 16 nov. 2020.

BARBOUR, Rosaline. **Grupos focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARROS, Danielle Pinto Marques de. **A bissexualidade feminina**: da discriminação ao processo de aceitação social. 2008. Monografia (Graduação em Psicologia) – Centro Universitário Hermínio da Silveira, Rio de Janeiro, 2008.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BAUER, Martin; George Gaskell. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 4. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

CSORDAS, Thomas. A corporeidade como um paradigma para a Antropologia. In: **Corpo/Significado/Cura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**: uma análise dos conceitos de poluição e tabu. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FACCHINI, Regina. **Entre umas e outras**: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo, Editora Atlas, 2008.

KLIDZIO, Danieli. “**Será que realmente existe isso?**”: reflexões acerca da bissexualidade e da pansexualidade femininas. 2019. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/19897/Klidzio_Danieli_2019_TCC.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 16 nov. 2020.

¹⁴ O conteúdo do festival, que contou com palestras e intervenções artísticas, foi transmitido ao vivo e está disponível no canal da Frente Bissexual Brasileira, na plataforma Youtube para acesso posterior e gratuito através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=x6QV9O0SdaI>

LEWIS, Elizabeth. Sara. “**Não é uma fase**”: construções identitárias em narrativas de ativistas LGBT que se identificam como bissexuais. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=20671@1> Acesso em: 16 nov. 2020.

LONGHINI, Geni Daniela Núñez. “**Mãe (nem) sempre sabe**”: existências e saberes de mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/189944> Acesso em: 16 nov. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. “**Gênero, sexualidade e educação**”: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MORA, Claudia Mercedes; MONTEIRO, Simone. Homoerotismo feminino, juventude e vulnerabilidade às DSTs/Aids. **Revista Estudos feministas**, v. 21, n. 3. p. 905-926, Dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000300008&lng=en&nrm=iso Acesso em: 16. nov. 2020.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos Gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 27 nov. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309> Acesso em: 16. nov. 2020.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SILVEIRA, Maria Leão de Aquino. **Os unicórnios no fim do arco-íris**: bissexualidade feminina, identidades e política no Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais. 2018. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-909618> Acesso em: 16 nov. 2020.